

---

# Uma proposta de uso das ‘lentes da prática’ para refletir sobre o lugar da extensão no processo de internacionalização da Educação Superior

## A Proposal for Using The ‘Lens of Practice’ to Reflect on the Place Of Extension in the Process of Internationalization of Higher Education

STEFANI DE SOUZA 

MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES 

FERNANDA LEAL 

### RESUMO

Neste estudo, propusemos uma reflexão teórica com argumentos que compreendem pesquisas baseadas na prática como uma perspectiva promissora para analisar o lugar da extensão na internacionalização da educação superior. Situada em uma conjuntura mais ampla, a busca pelo entendimento da complexidade da instituição universitária e do ambiente social contemporâneo demandam o uso de lentes de análise abrangentes. Nesse cenário, distintas visões de ‘extensão’ são concomitantes e estão em disputa. A realidade atual objetiva da extensão apresenta instrumentalidade em seu processo de institucionalização, no entanto, na prática, ainda há um grande grau de subjetividade. No caso da extensão na internacionalização, as lentes da prática são potencialmente oportunas para o estudo do fenômeno, pois consideramos a extensão uma dimensão aplicada do conhecimento gerado pela pesquisa e ensinado na sala de aula. Entendemos que a subjetividade na relação com a comunidade pode reduzir a instrumentalidade do processo de curricularização da extensão e aproximar os estudantes das aprendizagens fundamentais, e argumentamos que, tomando a prática como unidade de análise e

construção epistemológica, podemos conhecer fenômenos sociais que emanam das práticas de extensão na internacionalização. Julgamos que o maior desafio está no campo operacional e, nesse sentido, as lentes da prática podem auxiliar no estudo da extensão na internacionalização, oferecendo significações para o fenômeno e atribuindo sentido a significados que mesmo teoricamente ainda são pouco investigados. Exploramos, de forma inicial, o caso do Eirenè-UFSC e propusemos a realização de estudos futuros que empreguem metodologias da prática para a análise empírica do fenômeno.

**Palavras-chave:** Extensão; Internacionalização; Universidade Pública Federal; Estudos Organizacionais; Estudos Baseados na Prática.

## ABSTRACT

In this study, we propose a theoretical reflection based on arguments that embrace practice-based researches as a promising perspective to analyze the place of extension in the process of internationalization of higher education. The quest for understanding the complexity of the university institution and the contemporary social environment is situated in a broader context that demands the use of comprehensive analysis lenses. In this scenario, different views of 'extension' are concurrent and are in dispute. The current objective reality of extension presents instrumentality in its institutionalization process. Nevertheless, in practice, there is still a great degree of subjectivity. We believe that the lens of practice is potentially convenient for the study of the phenomenon of extension in internationalization, as we consider extension to be an applied dimension of knowledge generated by research and taught in classroom. We believe that the subjectivity in the relationship with the community can reduce the instrumentality of the 'extension curricularization' process and bring students closer to fundamental learning. We argue that by taking practice as a unit of analysis and epistemological construction we can get to know social phenomena that emanate from extension practices in internationalization. We judge that the biggest challenge is in the operational field and, in this sense, the lens of practice can help us offering meanings for the phenomenon of extension in internationalization that, even theoretically,

is still little investigated. We exploratory approach the case of Eirenè-UFSC and propose future studies that employ practical methodologies for the empirical analysis of the phenomenon.

**Keywords:** Extension; Internationalization; Federal Public University; Organizational Studies; Practice-Based Studies.

## INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma das funções que integram o tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão, porém, na prática não necessariamente se verifica o disposto na Constituição Federal de 1988. As atuais diretrizes brasileiras da extensão na educação superior, quando tratam da estruturação da concepção e da prática, preconizam que a extensão deve estabelecer “diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade” (CES/CNE/BRASIL, 2018, p. 2). Numa concepção prescritiva e normativa, atualmente a extensão universitária brasileira consta em estratégia prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), regulamentada pela Resolução n.º 7/MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 (CES/CNE/MEC, 2018).

Para Santos e Almeida Filho (2008, p. 101), como bem público e social, a universidade pública é “a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui”. Porém, um dos maiores desafios dos gestores universitários é “a adoção de uma gestão que envolva múltiplas variáveis decorrentes de sua complexidade, em especial aquelas de caráter subjetivo e de difícil mensuração”, combinando em suas práticas, “arte e ciência, racionalidade e intuição, criatividade e inovação, com coragem e sensibilidade” (MEYER JÚNIOR; LOPES, 2015, p. 41). Gherardi (2000) sustenta que a lente da prática articula o conhecimento em e sobre o organizar como uma realização prática, contextualizada na realidade, possibilitando, entre outros aspectos, a aprendizagem das pessoas e dos grupos (BISPO, 2013b).

Ao tratar da ‘garantia da curricularização da extensão’, Silva (2016) destaca a internacionalização – um dos fatores que mais criticamente têm afetado a educação superior no mundo (KNIGHT; DE

WIT, 2018) – como um dos principais temas em voga. Leal, Souza e Moraes (2021), em revisão sistemática de literatura, entretanto, observam uma lacuna de estudos empíricos que analisem iniciativas de “internacionalização da extensão” ou de “extensão da internacionalização”, o que revela a importância do desenvolvimento desse tipo de estudo. Ao denunciarem a ausência de uma dimensão de responsabilidade social, na atual agenda de internacionalização na educação superior, autores como Abba e Streck (2021) Watabe e Ota (2021) também abrem espaço para discussões em torno da internacionalização da extensão.

Tendo em vista que a atual regulamentação da extensão na educação superior brasileira abrange diferentes contextos, do regional ao internacional, compreendendo o fenômeno da internacionalização universitária, e ratificando a importância de que a internacionalização seja pensada não apenas nas dimensões de ensino e pesquisa, buscamos compreender de que maneira as ações de extensão perpassam o fenômeno da internacionalização em uma universidade pública federal, apresentando uma reflexão teórica com argumentos que compreendem os estudos baseados na prática como uma perspectiva promissora para análise da extensão na internacionalização.

Estruturamos o texto em três tópicos, além desta introdução. Em um primeiro momento, tratamos da extensão como uma função da instituição universitária. Na sequência, apresentamos a ideia de extensão na internacionalização universitária, sendo a UFSC o lócus de análise. Ao final, expusemos reflexões finais e referências.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NNO BRASIL: NORMATIVA OU PRAGMÁTICA?**

No Brasil, a extensão universitária é uma das dimensões que compõem o “tripé” da universidade pública, juntamente com o ensino e a pesquisa. A extensão ganhou notoriedade com a Constituição Cidadã de 1988, que, em seu Art. 207, estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). São três os sujeitos da práxis extensionista no Brasil: os discentes, representados seu movimento estudantil organizado; o Estado,

representado pelo Ministério da Educação (MEC), e as Instituições de Ensino Superior, representadas atualmente pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (SOUSA, 2010).

Numa concepção prescritiva e normativa, atualmente, a extensão universitária está contida em estratégia prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), regulamentada pela Resolução n.º 7/MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 (CES/CNE/MEC, 2018) que “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira [...] e dá outras providências”. Como uma das estratégias para elevar as taxas de matrícula na educação superior, especialmente no segmento público, foi delineado que deve ser assegurado, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

Compreendemos a extensão universitária como uma metodologia, um processo dialógico e bidirecional, que deve ser parte de uma perspectiva integral, e que possa dar subsídios para a transformação do ensino e aprendizagem, com a inclusão da pesquisa nesse contexto (FREIRE, 2021; TOMMASINO et al., 2010; RUBIÃO, 2013). Para os órgãos superiores de educação no País, a ‘Extensão na Educação Superior Brasileira’ é

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (CES/CNE/MEC, 2018).

Autores como Serrano (2013) e Silva (2016) apresentam possíveis concepções de extensão. Segundo Silva (2016), o conceito de extensão foi passando de uma concepção hegemônica da universidade como detentora do saber e difusora desses saberes, o que Serrano (2013) concebe como ‘modelo da transmissão vertical do conhecimento’,

para uma visão da extensão como uma via de mão dupla, como parte do ‘tripé’ e articulada com o ensino e a pesquisa. Assim, a partir de Silva (2016), podemos assumir que, inicialmente, a visão da extensão seguia os ‘padrões da modernidade’.

Aos poucos, isso iria se modificando, e a concepção da extensão como responsabilidade de uma universidade cidadã articulada com ensino e pesquisa estaria mais alinhada a uma visão simbólica/pós-moderna, visto que os espaços físicos nos quais a extensão toma lugar também podem ser vistos como socialmente construídos. Nesta, a extensão visaria a atuar como um motor da geração de práticas universitárias integrais; promovendo o diálogo entre saberes científicos e populares, e transformando as demais funções universitárias (TOMMASINO; STEVANAZZI, 2016).

Mesmo tratando-se de uma construção mediada por relações de poder, o “poder social” pode dar novos usos aos espaços (HATCH, 2013). Mas, será que na prática houve essa mudança? Apesar de corroborarmos com a afirmação de Silva (2016), quando sustenta que a concepção de extensão foi se modificando ao longo do tempo, entendemos que as concepções podem se sobrepor e variar conforme o contexto e a área de conhecimento de quem emprega o termo. Sustentamos que ‘visões de extensão’ são concomitantes e estão em disputa, disputa essa que será “resolvida” na prática.

Hardy e Clegg (2001, p. 271) afirmam que “os sistemas e estruturas organizacionais existentes não são neutros ou apolíticos”. Nesse mesmo sentido, Hatch (2013, p. 220) diz que “por parecerem inócuas ou difíceis de mudar, as estruturas físicas normalizam as relações de poder fixando-as em pedra, por assim dizer”. Mas, no âmbito da internacionalização, Bedenlier, Kondakci e Zawacki-Richter (2018, p. 128, tradução nossa) argumentam que

a pesquisa e a prática precisam questionar de forma autocrítica os entendimentos e as abordagens da internacionalização no que diz respeito à sua contribuição para a desigualdade e dependência entre os sistemas de ensino superior e a consolidação da dominância ocidental.

Leal (2020) corrobora com essa visão, quando ressalta as motivações e os interesses predominantes na internacionalização da edu-

cação superior. Para a autora, reincide na perspectiva hegemônica desse processo um viés mimético e reprodutivo, que nega o lócus da inserção regional e reforça a ideia dicotômica Norte-Sul, com todas as mazelas modernas/coloniais que enseja. A idealização de 'outras internacionalizações' implicaria, no lugar da supressão, da compreensão da multiplicidade de funções que podem ser atribuídas à instituição universitária, incluindo seu papel no debate sobre futuros alternativos e na decolonialidade do poder, do saber e do ser.

No que diz respeito aos estudos organizacionais, as teorias escolhidas para orientar a prática, caso haja a possibilidade de um conhecimento ampliado sobre elas, influenciam o modo como serão consideradas as organizações. Elas (as organizações) podem ser "coisas objetivas, tangíveis, empíricas, ou constructos mais indefiníveis, subjetivos" (MARSDEN; TOWNLEY, 2012, p. 32). Nesse sentido, desde a 'pré-história da teoria organizacional', diferentes perspectivas e teorias vêm orientando acadêmicos e gestores.

No caso do fenômeno em tela, se a visão é de que, mais do que conceitos, a extensão deva ser compreendida na prática, a "virada praxiológica" nas ciências sociais, ocorrida na segunda metade do Século XX, se aplica. As diversas teorias e abordagens da perspectiva praxiológica estão fundamentadas em uma "*ontologia processual* que toma o mundo social como domínio das práticas" (PETERS, 2020, p. 167). Ou seja, conforme aponta Gherardi, sendo a prática a epistemologia/lente escolhida, ela passa a ser "o *locus* onde o conhecimento é gerado, socializado, mantido e transformado" (BÍSCOLI; BÍSCOLI, 2015, p. 22). A prática é, contudo, um conceito polissêmico e discutido por diversos autores, conforme o Quadro 1.

## Quadro 1 – O conceito de prática para Bourdieu, Giddens e Garfinkel

AUTOR	CONCEITO DE PRÁTICA
PIERRE BOURDIEU	A teoria de prática para Bourdieu está na relação entre as práticas dos atores e as estruturas objetivas sociais introduzidas que são mediadas pelo conceito de <i>habitus</i> entre essas duas dimensões que ocorre de forma tácita (BOURDIEU, 1977).
ANTHONY GIDDENS	As práticas para Giddens são entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas que são executadas de forma hábil pelos agentes sociais, o que sugere uma certa relação com as preocupações dos etnometodologistas (GIDDENS, 1984).
HAROLD GARFINKEL	As práticas são realizações contingentes em que todo o ambiente deve ser entendido como auto-organizador no que diz respeito ao seu reconhecimento e ordem social (GARFINKEL, 2006).

Fonte: Bispo (2013, p. 18)

Bispo (2013b, p. 141) reconhece que os Estudos Baseados em Prática são um “conceito ‘guarda-chuva’ que abriga pesquisas e pesquisadores que comungam uma ontologia construcionista de organização em que a prática é a unidade de análise e construção epistemológica”. Gherardi define a prática como um “sistema de atividades [...], constituídas por incoerências, inconsistências, paradoxos e tensões” (GHERARDI, 2000, p. 220). Nas ciências sociais, Eikeland e Nicolini (2011) apresentam tratam dos modos de como focalizar as práticas, conforme o Quadro 2.



Quadro 2 - Modos de focalizar as práticas nas ciências sociais

		DIREÇÃO DO INTERESSE	
MODOS DE FOCALIZAR AS PRÁTICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS		Amplamente prática (Objetivo: desencadear a ação, produzindo mudança e melhoria)	Amplamente teórica (Objetivo: Ampliar o conhecimento, produzindo compreensão ou explicações)
PONTO DE PARTIDA	Do lado de fora e acima: A partir de uma posição de espectador de fora da ação de interesse	Desenvolver técnicas especializadas/pesquisa aplicada	Ciência normal (abordagens explicativas e interpretativas) (theorisis)
	De dentro e baixo: De uma posição imersa na ação de interesse	Participação com foco na melhoria deliberada das práticas (phronêsis)	Provocar o diálogo crítico – crítica imamente (theoria)

Fonte: Pimentel e Nogueira (2018, p. 353), traduzido de Eikeland; Nicolini (2011, p. 166).

Ao analisarmos o Quadro 2, observamos que, dependendo do ponto de partida, bem como da direção do interesse, diferentes estudos sobre as práticas de extensão na internacionalização podem surgir. A visão de extensão como repasse de conhecimentos estaria mais alinhada à perspectiva 'de fora e de cima' e a visão de extensão como responsabilidade de uma universidade cidadã articulada com ensino e pesquisa parece compreender uma perspectiva 'de dentro e baixo'. De qualquer forma, dependendo da direção do interesse, os estudos podem ser mais práticos ou mais teóricos. Invariavelmente, se teoria e prática são vistas como indicotomizáveis, "a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira" (FREIRE, 2021, p. 47).

Assim, para uma práxis ser verdadeira, é necessária a ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação na realidade, que será feita com o auxílio de uma teoria da qual o sujeito atuante conscientemente se apropria (FREIRE, 2021). Por isso, as lentes da prática são importantes, pois demonstrarão qual será a concepção de extensão que se efetivará. A quem interessa que nossas práticas sejam subjetivas ou objetivas?

Pimentel e Nogueira (2018 p. 357) alertam para o fato de que o reconhecimento da ordem social como inserida no campo da prática, leva ao entendimento de que “os arranjos entre pessoas, artefatos, objetos, organismos, e suas relações e sentidos são estabelecidos”. Assim, o conhecimento dos arranjos de práticas e dos mecanismos subjacentes a eles permite que se acesse “fenômenos sociais mais amplos que emanam dessas práticas”. Tal abordagem pode contribuir para fazer avançar o diálogo entre extensão e internacionalização, que hoje ainda é frágil e incipiente (LEAL; SOUZA; MORAES, 2021).

Com base nestes argumentos, buscamos como exemplo o cenário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para discutir a extensão na internacionalização. A seguir descrevemos o percurso metodológico adotado no estudo.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Para subsidiar a reflexão teórica empreendida neste estudo, realizamos uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, com fins de caráter exploratório e descritivo. Como meios, nos utilizamos de recursos bibliográficos e documentais. Com vistas a rastrear, de forma exploratória, casos de projetos de extensão que envolvessem uma dimensão internacional e/ou intercultural, selecionamos a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como lócus investigativo, pela sua representatividade no tema da internacionalização e pela acessibilidade facilitada aos dados.

A UFSC é uma instituição pública federal bem avaliada internacionalmente, sendo considerada a sexta melhor universidade da América Latina e a quarta melhor universidade entre as instituições brasileiras. Nacionalmente, é considerada a quarta melhor universidade federal do Brasil e a quinta no ranking geral, sendo reconhecida como uma instituição de excelência pelo Ministério da Educação (UFSC, 2022). Em termos de internacionalização, Leal (2020, p. 107) argumenta:

com o impulso da participação da UFSC nos programas Ciência sem Fronteiras (CsF) e Idiomas sem Fronteiras (IsF), em 2012, e sobretudo, no Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), em 2018, a ideia de internacionalização adquiriu conotações mais ex-

pressivas no domínio da gestão institucional dessa Universidade. O levantamento e a exploração dos documentos e das notícias publicadas sobre internacionalização nesse contexto; as declarações e as entrevistas conduzidas com gestores envolvidos com o processo; bem como a observação direta em eventos institucionais a ele relacionados nos possibilita apontar para diversos indícios de que nesse contexto específico a ideia internacionalização ganha intencionalidade e 'abrangência'; transforma-se em um valor e uma estratégia transversal que impactam a instituição em sua essência.

A Instituição conta com uma história de mais de 60 anos; foi também a única instituição das quatro analisadas em pesquisa exploratória que apresentou documento contendo seção que trata explicitamente da extensão na internacionalização universitária (SOUZA *et. al.* 2022).

Para a análise dos dados, nos utilizamos de preceitos da análise de conteúdo. Embora o estudo envolva a exploração sistemática de recursos bibliográficos e documentais, o compreendemos como um primeiro olhar para o tema. Assim, consideramos oportunos estudos futuros que empreguem metodologias tais como a fenomenologia e a etnometodologia, envolvendo resultados de experiências e práticas.

### **EXTENSÃO NA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DO EIRENÈ-UFSC**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma universidade federal brasileira multicampi, pública e gratuita, com sede em Florianópolis. Foi criada por meio da Lei n.º 3.849, sancionada pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek, em 18 de dezembro de 1960 (NECKEL; KÜCHLER, 2010; UFSC, 2022). Atualmente, sua estrutura acadêmica está disposta em cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Campus Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis (UFSC, 2020).

A UFSC dispõe de onze centros de ensino no Campus Florianópolis, e cada campi possui um centro de ensino, totalizando-se assim, quinze centros. Em 2021, a UFSC contava com 5.660 servidores (2.654 docentes e 3.006 técnico-administrativos em Educação); 1.087 alunos da educação básica; 31.898 matriculados em 119 cursos

de graduação (107 presenciais e 12 a distância); 8.246 estudantes nos cursos *stricto sensu* (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos e 59 doutorados); e 2.938 matriculados em seis especializações (UFSC, 2022a).

Dentre os Órgãos Executivos Centrais, existem na UFSC oito pró-reitorias, dentre elas a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Com vistas a atender à política nacional, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) elaborou a sua resolução de extensão. A UFSC entende que a extensão universitária “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade Federal de Santa Catarina e outros setores da sociedade” (UFSC, 2016, p. 2). As discussões acerca da temática se intensificaram na Instituição a partir da criação, em 2018, da Comissão Mista de Curricularização (CMC), instituída pela Portaria nº 01/PROGRAD/PROEX, de 28 de agosto de 2018 (UFSC, 2021a).

Nesta reflexão teórica, nosso foco é o estudo da internacionalização como uma das áreas transversais da extensão. O conceito mais amplamente adotado na literatura para a definição da internacionalização da educação superior é o de Jane Knight (2004, p. 11, tradução nossa), que afirma tratar-se do “processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias e à entrega da educação pós-secundária”. Entretanto, indo ao encontro do entendimento de Whitsed e Green (2014) sobre a internacionalização, como sendo um construto contextual, entendemos que dificilmente um conceito de internacionalização da educação superior ‘dará conta’ de representar todas as possibilidades e contextos. Os autores a compreendem, portanto, como uma série, ou conjuntos de atividades, que são agrupadas e classificadas por meio de rótulos, de suas conotações associadas, bem como das qualidades daqueles que se utilizam do termo.

Em sua Missão, a UFSC visa a ser uma universidade Internacionalizada:

Uma instituição referência na internacionalização do ensino superior, capaz de intensificar parcerias e convênios com instituições internacionais para os mais diversos ramos de pesquisa, ensino e **extensão**,

com compromisso ético com a comunidade acadêmica nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento da Universidade, do Brasil e o **de outras nações** (UFSC, 2020, p. 25, grifos nossos).

Aqui, nos limitamos à análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o principal documento de planejamento estratégico da universidade. Ao apresentar o 'Mapa Estratégico Institucional', dentre os Objetivos Institucionais, na área transversal de Internacionalização, o PDI UFSC 2020-2024 apresenta as estratégias de: no Ensino, "E. 8 – Desenvolver competências globais e interculturais" e "E. 9 – Ampliar os programas de intercâmbio"; na Pesquisa, " P. 7 – Fortalecer as relações técnico-científicas"; **na Extensão "Ext. 7 – Promover práticas extensionistas que visem à internacionalização"**; e na Gestão: "G. 7 – Fortalecer a internacionalização" (UFSC, 2020, p. 118, grifo nosso).

Assim, no que diz respeito à extensão, busca-se "Fomentar a realização de ações de extensão que visem à internacionalização, potencializando experiências e vivências em diferentes idiomas e culturas" (UFSC, 2020, p. 115). Porém, o único indicador de desempenho voltado à promoção de práticas extensionistas que visem à internacionalização apresentado é o "número de cursos de extensão ministrados em outro idioma promovidos pela PROEX: indica a quantidade de cursos de extensão ministrados em outro idioma, que tenham como objetivo a promoção da internacionalização" (UFSC, 2020, p. 189). Por outro lado, são apresentadas iniciativas estratégicas diversificadas, as quais envolvem diferentes setores da Instituição, conforme disposto no Quadro 3.

*Quadro 3 – Iniciativas Estratégicas*

INICIATIVA ESTRATÉGICA	ENVOLVIDOS	RESPONSÁVEL
Expandir e qualificar os cursos de idiomas para a comunidade universitária.	SINTER/CCE	CCE
Promover editais para oferta de cursos em língua estrangeira por meio da Escola de Extensão.	PROEX	PROEX
Promover eventos na UFSC para prospecção de colaborações com parceiros internacionais.	SINTER	SINTER
Organizar e disponibilizar material informativo das atividades e oportunidades de internacionalização aos estudantes.	SINTER/PROGRAD/PROPG/SEAD	SINTER
Criar o Núcleo Institucional de Línguas e Tradução para atender e impulsionar iniciativas de internacionalização.	SINTER/PROEX	SINTER

Fonte: UFSC, 2020, p. 190

O Quadro 3 apresenta algumas propostas de iniciativas, e de ampliação de iniciativas já existentes. Todas elas envolvem o setor de Relações Internacionais (SINTER) da Instituição, mas nem todas envolvem a presença da Pró-Reitoria de Extensão, o que pode soar como contraditório, visto que o único indicador de desempenho do ‘Objetivo Ext. 7’ considera apenas iniciativas promovidas pela PROEX. Uma das iniciativas já existentes na UFSC e mencionada no Quadro 4 se refere ao projeto chamado “Cursos Extracurriculares”, de línguas estrangeiras, aberto à comunidade interna e externa à Universidade (<http://www.cursosextra.com/> - atualmente na modalidade on-line e presencial), por preços mais acessíveis, visto que não tem fins lucrativos (UFSC, 2021c).

Ainda restam dúvidas sobre qual seria o entendimento da Instituição do papel da extensão na internacionalização. Também, ao incluir o “Potencial de internacionalização” como um critério de aná-

lise para a seleção de cursos de verão da UFSC, a PROEX categoriza a 'extensão na internacionalização' em termos de "oferecimento de curso em idiomas diferentes do português, capacidade de atração de participantes estrangeiros, visibilidade internacional" (PROEX/UFSC, 2018, p. 3). Aparentemente, as políticas linguísticas são o foco. Mas, como afirma Leal (2020, p. 14) não existem "definições precisas sobre o que significa 'internacionalização' no domínio da extensão ou associações explícitas à relação entre universidade e sociedade" (LEAL, 2020, p. 2014).

Se consideradas as ações de extensão formalizadas, de acordo com o PDI UFSC 2020-2024 (UFSC, 2020), ao longo de 2018, foram registradas 3.795 ações (programas, projetos, cursos e eventos) de extensão no atual sistema da Instituição: Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX). Buscando explorar a extensão na internacionalização, em busca feita no SIGPEX, utilizando-se a palavra-chave 'Internacionalização', foram encontrados apenas 14 registros de ações de extensão cadastradas em 2018 (1/1/2018 – 31/12/2018). O número pode ser considerado baixo, se comparado ao número total de ações de extensão cadastradas naquele ano. Porém, é preciso observar que ações que podem ser consideradas 'esforços de internacionalização da extensão' podem não ter utilizado essa palavra-chave durante o cadastro da ação de extensão.

Esse pode ser o caso do "Núcleo de Pesquisa e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e o Direito Internacional" (EIRENÈ) da UFSC. Leal (2020, p. 126) e de Wit, Leal e Unangst (2020) apresentam o Eirenè como uma iniciativa de 'inserção internacional' (ou, ao menos, os grupos para os quais se direcionam) que se desvincula do viés hegemônico de internacionalização, no qual predominam as *rationales* econômicas/instrumentais. O Eirenè envolve, de forma integrada, ações de ensino, pesquisa e extensão e conduz a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), projeto de extensão que promove apoio a imigrantes e refugiados. Trata-se de "uma iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Comitê Nacional para Refugiados e objetiva efetivar ações na área de Refúgios" (EIRENÊ/UFSC, [s.d.]).

No âmbito da extensão, o Projeto executa as seguintes atividades: 1) Atendimento diário a imigrantes e refugiados no Centro



de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), nas áreas de Direito Consular, Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos; 2) Organização de eventos; 3) Implantação de banco de dados sobre a imigração na grande Florianópolis; 4) Promoção de ações concretas destinadas à integração de imigrantes e refugiados na UFSC e na região; 5) Militância no Grupo de Trabalho de Apoio aos Imigrantes e aos Refugiados (GTI) da ALESC, e no Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados da grande Florianópolis (GAIRF); 6) Efetivação de ações sociais para auxiliar imigrantes em situação de vulnerabilidade. Ressalta-se a importância do Projeto, que já realizou mais de 30 mil atendimentos a imigrantes e refugiados de 56 nacionalidades (EIRENÊ/UFSC, [s.d.]).

De Wit, Leal e Unangst (2020) entrevistaram a coordenadora do Eirenè, Profa. Dra. Karine de Souza Silva, e suas falas denotam o Projeto como ‘extensão como responsabilidade de uma universidade cidadã articulada com ensino e pesquisa’, ‘de dentro e de baixo’ e amplamente prática. Ela relata que ações que hoje são realizadas pelo Projeto foram surgindo como demandas dos imigrantes, como a questão das informações sobre legislações trabalhistas. Também, é importante ressaltar que a disciplina de Tópicos em Imigração e Refugiados, criada no escopo da CSVM/UFSC, conforme relata a Coordenadora, “exige que os alunos trabalhem ativamente como voluntários com refugiados e populações deslocadas, não apenas para o trabalho em si, mas para ‘transformar a estrutura’” (DE WIT; LEAL; UNANGST, 2020, p. 580). Não temos conhecimento se a mencionada disciplina foi ou será incluída para fins de creditação curricular como unidade curricular nos termos da Resolução Normativa n.º 01/2020/CGRAD/CEX/2020, mas a enxergamos como uma possibilidade, com a vinculação a um programa de extensão do Eirenè, que já possui o projeto de extensão NAIR/EIRENÊ/CSVM.

Ao final, De Wit, Leal e Unangst (2020, p. 582) ressaltam a importância de que Projetos como o Eirenè sejam parte da política de internacionalização da Universidade, “para que os esforços de internacionalização não acabem por suprimir o papel social mais direto dessas instituições”. Acreditamos que curricularização da extensão pode beneficiar projetos que envolvem esforços de internacionalização, especialmente aqueles com traços de contra-hegemonia, e que



hoje não são vistos ou reconhecidos como deveriam. Por meio da formalização e disponibilização de informações dessas iniciativas à comunidade universitária e à sociedade em geral, o diálogo entre extensão e internacionalização pode se fortalecer.

Atualmente a extensão pode ser vista como uma função universitária que vincula o ensino e a pesquisa à sociedade, segundo um processo dialógico e bidirecional. Em sentido amplo, podemos associar extensão às ideias de autonomia condicionada à sociedade e de contextualização das atividades universitárias, “no sentido de que elas dialoguem com a sociedade, definindo em conjunto o que é melhor para ambas as partes” (RUBIÃO, 2013, p. 235). Quando se afirma que a extensão deve articular-se ao ensino e à pesquisa, subentende-se que hoje a extensão poderia estar ‘descolada’ das outras dimensões, contrariando o princípio da indissociabilidade. Nesse sentido, a responsabilidade social da internacionalização é colocada à prova. Uma práxis verdadeira de internacionalização deve incluir não apenas as dimensões de ensino e pesquisa, mas também as práticas de extensão, com vistas ao fortalecimento da função social e emancipatória da universidade.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Neste ensaio, buscamos estabelecer um diálogo do fenômeno da extensão na internacionalização universitária, com os estudos baseados na prática. Acreditamos que as lentes da prática, ou uma ontologia praxiológica, são adequadas para o estudo do fenômeno pelo fato da extensão poder ser entendida como uma dimensão aplicada do conhecimento gerado pela pesquisa e ensinado nas salas de aula. O conhecimento demanda do homem sua ação transformadora sobre a realidade, atuando assim como um ser da práxis, da ação e da reflexão (FREIRE, 2021). Assim, se tomarmos, além das concepções, também as práticas como unidades de análise e construção epistemológica, podemos conhecer fenômenos sociais que emanam das práticas de extensão, especialmente as que envolvem a internacionalização.

Concebida como instância mediadora, a noção de práticas possibilitaria escapar tanto à redução individualista quanto à reificação cole-

tivista, na medida em que sublinha o caráter socialmente moldado da agência individual sem negar, por outro lado, o caráter ativamente moldado das coletividades humanas. Sendo a prática o *locus* do encontro entre os agentes socializados, de um lado, e os ambientes estruturais legados pela história em que eles estão imersos, de outro, **uma ontologia praxiológica reconhecera tanto a constituição dos indivíduos pela sociedade** (i.e., o fato de que o contexto social molda profundamente modos individuais de agir, pensar e sentir) **quanto a constituição da sociedade pelos indivíduos** (i.e., o fato de que as características estruturais dos contextos sociais são ontologicamente dependentes das práticas históricas de agentes humanos) (PETERS, 2020, p. 168, grifo nosso)

O estudo das práticas de extensão na internacionalização como fenômeno social nos parece ser frutífero tanto para a compreensão do fenômeno em si, quanto para o estudo da aprendizagem organizacional. Ao mesmo tempo que entendemos o ‘poder da agência’ dos indivíduos por meio de suas práticas, se entendemos que as organizações podem ser vistas como “estruturas de dominação patriarcal, dominação étnica etc.” (HARDY; CLEGG, 2001, p. 277), consideramos necessário buscar a institucionalização de práticas de internacionalização contra hegemônicas, que incluam ações de extensão como o Projeto Eirenè, aqui apresentado.

No que diz respeito ao caso que aqui exploramos de forma inicial, o Eirenè-UFSC, entendemos que estudos de orientação fenomenológica e etnometodológica, com uma postura interpretativa que valorize a subjetividade, poderiam ser conduzidos, por exemplo, no contexto do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), onde atuam os estudantes junto aos Imigrantes e Refugiados, para a compreensão das efetivas práticas situadas nesse contexto. Entendemos que a subjetividade na relação com a comunidade pode reduzir a instrumentalidade do processo de curricularização da extensão e aproximar os estudantes das aprendizagens fundamentais. O desafio está no campo operacional, pois “não basta a previsão legal para que uma conquista social seja efetivada, haja vista os contraditórios e históricos interesses da sociedade, como

por exemplo, concepções da Extensão Universitária e interesses subjacentes” (SANTOS, 2020, p. 205).

A partir da reflexão exposta, podemos fazer alguns questionamentos. Será que essa ‘imposição de cima para baixo’ da prática da extensão nas universidades, por meio da curricularização da extensão, trará bons frutos? Serão os futuros resultados voltados meramente para o cumprimento de uma normativa? Ou será vista uma maior articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, numa concepção simbólica/pós-moderna da extensão como responsabilidade de uma universidade cidadã?

O diálogo entre a práxis da extensão e o processo de internacionalização oferece uma possibilidade de (re)significação da universidade pública. Por esta reflexão se tratar de um empreendimento teórico, não analisamos ações de extensão *in loco*, somente coletamos informações de normativas institucionais, bem como de bibliografia disponível sobre o tema. Sendo assim, estudos empíricos futuros poderão empregar metodologias da prática para a análise do fenômeno. Em todo caso, como defende Bispo (2021, p. 174), “teoria e prática não são opostas, mas fruto de uma relação simbiótica de interdependência”. Assim é a *práxis*.

A extensão se trata de uma realidade objetiva, atualmente instituída legalmente pela Resolução n.º 7/MEC/CNE/CES/2018 e demais regulações de cada instituição. Ainda que possua esse caráter prescritivo, a curricularização da extensão também pode valorizar, por meio da formalização e disponibilização das informações sobre os projetos para a sociedade, o que já é feito na universidade em termos de ações de extensão. Apesar da instrumentalidade e do processo de institucionalização, na prática, ainda há um grande grau de subjetividade.

Por isso, entendemos que alcançar a institucionalização de algo que ainda não está elucidado para os envolvidos, que é o próprio conceito do que é extensão, é uma tarefa complexa. Nesse sentido, as lentes da prática podem auxiliar no estudo da extensão na internacionalização, oferecendo significações para o fenômeno na prática: o que extensão e internacionalização são na prática, e o que a extensão na internacionalização é, na prática. As práticas podem atribuir sentido à significados que mesmo teoricamente ainda são

pouco explorados, como é o caso da extensão na internacionalização. Acreditamos que é na prática que vai se definir o que é a extensão na internacionalização, ou a ‘internacioanalização da extensão’.

## REFERÊNCIAS

- ABBA, M. J.; STRECK, D. R. (2021). A reforma de Córdoba de 1918 e a internacionalização universitária na América Latina. **Revista História da Educação**, 25, 1–32.
- BEDENLIER, S.; KONDAKCI, Y.; ZAWACKI-RICHTER, O. Two decades of research into the internationalization of higher education: Major themes in the Journal of Studies in International Education (1997-2016). **Journal of Studies in International Education**, v. 22, n. 2, p. 108–135, 2018.
- BÍSCOLI, F. R. V.; BÍSCOLI, R. Estudo de fenômenos sociais na perspectiva das teorias da prática a partir dos apontamentos de Silvia Gherardi. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 44, p. 21-33, 2015.
- BISPO, M. S. Estudos Baseados em Prática: Conceitos, História e Perspectivas. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social**, v. 2 n. 1, p. 13-33, 2013.
- BISPO, M. S. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 6, Edição Especial, p. 132-161, 2013.
- BISPO, M. S. Ensaaiando sobre o Velho e Falso Dilema entre Teoria e Prática. **Teoria e Prática em Administração**, v. 11, n. 2, p. 174-178, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.**
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun.2014.
- CES/CNE/MEC. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- EIRENÈ/UFSC. **Extensão – Cátedra Sérgio Vieira de Mello de Apoio aos Imigrantes e Refugiados ACNUR ONU.** Disponível em: <https://irene.ufsc.br/nucleo-de-apoio-aos-imigrantes-e-refugiados/>. Acesso em: 10 jul. 2021 [s.d.].
- EIKELAND, O.; NICOLINI, D. Turning practically: broadening the horizon. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 2, p. 164-174, 2011.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. **Organization**, 2000, 7(2), 211-223.
- HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. *In: Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 2, p. 260-289, 2001. Cap. 13.

HATCH, M. J. **Organization theory: Modern, symbolic, and postmodern perspectives.** Oxford universitypress, 2013.

LEAL, F. G. Leal, F. **As bases epistemológicas dos discursos dominantes de internacionalização da educação superior no Brasil.** Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG, Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração. Florianópolis, SC, 2020.

LEAL, F. G.; SOUZA, S.; MORAES, M. C. B. Internacionalização e Extensão Universitárias em Diálogo: Estado do Conhecimento e Perspectivas Futuras. In: OREGIONI, M. S. (ed.) **Redes de cooperación en producción de conocimiento e internacionalización universitaria.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Z, 2021.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: Reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, v. 2, p. 31-60, 2001.

MEYER JR., V.; LOPES, M. C. B. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 40-51, 2015.

NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. (Ed.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

PROEX/UFSC. **Edital 4/2018/PROEX.** Edital da Escola de Extensão para Cursos de Verão. Florianópolis, 2018.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, A. B. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades.** Tese (Doutorado) - Ciências da Educação, Universidade do Minho, Braga, 2020.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, André T. D. **Inovação social na extensão universitária: a experiência no Núcleo de estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2016.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** Alínea Editora, 2010.

SOUZA, S. *et al.* A internacionalização da extensão e os discursos institucionais de universidades públicas de Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33º, 2022, Online. **Anais [...]**, Florianópolis: 2022.

TOMMASINO, H.; STEVENAZZI, F. Reflexiones en torno a las prácticas integrales en la Universidad de la República. **Revista +E**, n. 6, p. 120–129, 2016.

UFSC. **Resolução Normativa n.º 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016.** Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/pdi-2020-2024/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

UFSC. **Curricularização da Extensão na UFSC**. Disponível em: <https://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

UFSC. **Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX)**. Disponível em: <https://sigpex.sistemas.ufsc.br/publico/consultaSemSigilo.xhtml>

Acesso em: 30 jun. 2021.

UFSC. **Apresentando os Cursos Extracurriculares Online**. Disponível em: <http://www.cursosexta.com/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

UFSC. **A UFSC**. Disponível em: <https://ufsc.br/a-ufsc/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

UFSC. **Missão, visão e valores**. Disponível em: <https://ufsc.br/a-ufsc/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 2022a.

WATABE, Y.; OTA, H. Developing a manageable system of internationalization indicators for universities in Asia. **International Journal of Comparative Education and Development**, 2021, v. 23, n. 2, p. 81-103.

WHITSED, C.; GREEN, W. What's in a name? A theoretical exploration of the proliferation of labels for international education across the higher education sector. **Journal of Studies in International Education**, v. 18, n. 2, p. 105-119, 2014.

Recebido em: 25-12-2022

Aprovado em: 14-9-2023

Avaliado pelo sistema double blind review.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>